

# Governo Lula conclui sua primeira privatização

01/04/2004

---

Governo Lula conclui sua primeira privatização **Déjà vu**. Venda de banco maranhense marca retomada do processo iniciado por FHC

Por [João Alfredo\\*](#)

O ano de 2003 trouxe vitórias importantes para os que lutam do lado dos trabalhadores. Exemplos disso são aprovação da medida provisória do setor elétrico, que devolveu ao Estado a capacidade estratégica de dirigir as políticas, a aprovação do projeto de Lei da Biossegurança, o Programa Nacional de Florestas, e a desapropriação de 31 imóveis, assegurando terra para mais de três mil famílias em 15 estados brasileiros.

Entretanto, no dia 10 de fevereiro – aniversário de 24 anos do PT –, realizou-se a primeira privatização deste governo: o Bradesco adquiriu o Banco do Estado do Maranhão (BEM) por R\$ 78 milhões, reiniciando o processo de venda de bancos estaduais federalizados deflagrado no governo FHC. Os próximos alvos, já anunciados pelo Banco Central, são os bancos estaduais do Ceará, Piauí e Santa Catarina.

Esse é o lado do governo que nos angustia: a área econômica, que não rompeu com a ideologia nem com as ações da época de FHC. Não se justifica que o governo Lula ao mesmo tempo recupere a capacidade de intervenção do Estado na economia, com medidas como a MP do setor elétrico e a retomada de concursos para o serviço público, e siga com esse programa de privatização, mantendo no BC uma diretoria de desestatização.

As tais privatizações são injustificáveis. Do ponto de vista da dívida pública, o apurado na venda do BEM abate apenas 0,008% de seu valor total (R\$ 965,8 bilhões, em dezembro), uma insignificância gritante. Mais uma concessão ao mercado financeiro em troca de economia de palitos.

## Dinheiro no ralo

As privatizações foram iniciadas em 1998, por meio do programa que federalizou os bancos estaduais para posterior venda à iniciativa privada, extinção ou transformação em agências de fomentos. Como incentivo, foram oferecidas aos governos estaduais linhas de financiamento para pagamento em 30 anos e juros baixos.

Mas os exemplos mostram que a operação não valia a pena. No Rio de Janeiro e em São Paulo, o governo federal investiu muito mais do que o retorno obtido com a venda. O Banerj foi vendido por R\$ 311,1 milhões, enquanto foram gastos R\$ 3 bilhões apenas com questões trabalhistas, para sanear-lo. No Banespa foram investidos entre R\$ 24,4 bilhões, apurando-se apenas R\$ 7,05 bilhões na venda ao banco espanhol Santander.

Uma pergunta permanece: por que sanear a instituição para depois vendê-la sem sequer recuperar os recursos investidos? Muitos estados adotaram outra opção. O Distrito Federal manteve a instituição sob tutela do governo distrital. O Rio Grande do Sul saneou o banco estadual e transformou a Caixa Econômica Estadual em agência de fomento. Espírito Santo, Pará, Sergipe, Minas e Bahia seguiram o mesmo caminho.

## Outros rumos

Alternativas não faltam. O Banco do Estado do Maranhão poderia ter sido incorporado ao Banco do Nordeste ou ao Banco da Amazônia. No caso do Banco do Estado do Ceará, com o programa, a instituição foi saneada e teve seu patrimônio líquido mudado de negativo para positivo. Hoje, ele não só é lucrativo como figura

entre os mais rentáveis do País. Não faz sentido, portanto, o governo se desfazer dele.

A retomada do processo de privatização dos bancos públicos estaduais federalizados contraria tudo o que o PT pregou nos últimos 24 anos. É um fomento à luta, dentro do Partido, pela mudança na orientação da política econômica do governo e a retomada dos princípios que sempre nortearam a trajetória do Partido dos Trabalhadores.

\*João Alfredo é deputado federal (PT-CE)

Compartilhe nas redes: